



MICAELA DOS SANTOS PREGUIÇA

## **A FIGURA JURÍDICA DO APADRINHAMENTO CIVIL**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito

Orientador:

Professor Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde,  
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Março de 2016



## **A figura jurídica do Apadrinhamento Civil**

**Orientador: Professor Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde,  
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade  
Nova de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre em Direito na  
especialidade de Ciências Jurídicas Forenses

Micaela dos Santos Preguiça  
Lisboa, Março de 2016

### Declaração Anti plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 15 de março de 2016

*Aos meus avós maternos e avó paterna.*

*«A felicidade é aquilo que o Homem deve ambicionar para os seus filhos, independentemente do estrato social e da situação económica de cada família.»*

## Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação pressupõe um longo caminho que é feito das mais diversas maneiras, acima de tudo muitas vezes solitário, abdicando de muita coisa para que seja possível aproveitarmos os momentos de concentração e consequentemente de leitura e escrita que surgem.

Contudo, só é possível que assim seja por termos pessoas que nos acompanham e que estão do nosso lado e compreendem a ânsia de alcançarmos o nosso objetivo.

Agradeço aos meus pais, irmã e avô paterno por acreditarem em mim, por estarem sempre prontos a amparar-me e a ensinar-me, por me mostrarem que devemos sempre sonhar mais além e que está, principalmente, nas nossas mãos fazer com que os nossos sonhos se tornem realidade.

À grande amiga de família, Cristina, por toda a ajuda que me deu.

Aos meus amigos e à minha família escutista que me acompanharam neste percurso pela compreensão, apoio e incentivo que me deram e por me ajudarem a acreditar que era possível.

Ao meu orientador, Professor Dr. Rui Ataíde, por ter estado sempre disponível e pronto a dar uma palavra de aconselhamento e orientação.

À Dr.<sup>a</sup> Joana Ribeiro, jurista da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pela disponibilidade em me receber e esclarecer todas as minhas dúvidas.

À Dr.<sup>a</sup> Ana Elisa Pedreira Martins, por todo o tempo de estágio que me permitiu usufruir em prol desta dissertação.

## Lista de abreviaturas

AC – Apadrinhamento Civil

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

CC – Código Civil

Cf. – Conforme

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

Etc. – Entre outros

LAC – Lei do Apadrinhamento Civil – Lei 103/2009, de 11 de setembro

LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens – Lei 147/99, de 1 de setembro

MP – Ministério Público

Pág. – Página

RGPTC – Regime Geral do Processo Tutelar Cível – Lei 141/2015, de 8 de setembro

RJPA – Regime Jurídico do Processo de Adoção – Lei 143/2015, de 8 de setembro

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ss – Seguintes

UAACAF – Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar

## **Declaração**

Declaro que o corpo da presente dissertação tem um total de 80.800 caracteres, estando incluídos todos os espaços e notas de rodapé presentes.



## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo estudar o regime jurídico do Apadrinhamento Civil, publicado pela Lei 103/2009, de 11 de setembro e regulamentado pelo Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro, apresentando as suas características e casos em que se pode aplicar esta mesma figura jurídica.

Estamos perante um processo tutelar cível ainda algo desconhecido por parte da população em geral e também por parte de alguns técnicos que trabalham na área, o que leva a que haja algum receio a sugerir e/ou aplicar esta medida.

Esta relação jurídica visa sobretudo ser uma alternativa à institucionalização de crianças e jovens, sendo preferencialmente aplicada a crianças e jovens cuja adoção se mostre inviável.

Pretende-se assim com este trabalho desmistificar aquilo que é o Apadrinhamento Civil em Portugal.

## Summary

This master thesis aims to study the legal regime for Civil Mentoring, published by Law 103/2009 of 11<sup>th</sup> September and regulated by Decree-Law 121/2010 of 27<sup>th</sup> October, presenting their characteristics and where can apply this same legal figure.

We are facing a civil guardianship preceding still something unknown by the general population and by some technicians working in the area as well, which means that there is some fear to suggest and / or apply this measure.

This legal relationship aimed mainly be an alternative to institutionalization of children and young people and it is preferably applied to whose adoption proves unfeasible.

This work pretending to demystify what is the Civil Mentoring in Portugal.

## Introdução

O Apadrinhamento Civil é uma figura criada pela Lei 103/2009, de 11 de setembro e posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro com entrada em vigor a 28 de Outubro de 2010, traduzindo-se numa nova esperança para as crianças que se encontram institucionalizadas e em que os progenitores não abdicam dos filhos mas aceitam que estes integrem um ambiente onde haja uma família capaz de os orientar, cuidar, proteger, aconchegar, ensinar, compreender, estimular, amar de acordo com as suas necessidades próprias e individuais, que os seus sucessivos estados de evolução e crescimento se venham a revelar e que assim lhes seja permitido crescer de forma saudável e equilibrada, representando também esta figura uma nova modalidade de exercício das responsabilidades parentais.

Começam por estar excluídas as crianças e jovens que reúnem condições para serem adotadas, pois a adoção prevalece sobre qualquer outra medida tutelar cível, não sendo portanto o Apadrinhamento Civil uma medida concorrente com a adoção e devendo por isso constituir reais vantagens para o afilhado.

Falamos assim de uma nova medida tutelar cível menos demorada na sua constituição, mais simples que um processo de adoção e mais estável que um processo de acolhimento familiar, medida esta que veio alargar as fontes de relações familiares previstas no Código Civil Português. Deve entender-se por fonte o facto juridicamente relevante que origina efeitos de Direito<sup>1</sup>, como é o caso da figura jurídica aqui em estudo.

Neste “novo” processo tutelar cível, é considerada também a manutenção de alguns direitos relativamente à família biológica e a imposição de alguns deveres. O conteúdo efetivo das responsabilidades parentais exercidas pelos padrinhos, bem como os direitos e deveres dos progenitores, é estabelecido no compromisso de apadrinhamento homologado ou na decisão judicial que determine a constituição do vínculo.

O objetivo deste trabalho é proceder à análise do regime legal desta figura jurídica, perceber como se procede à sua constituição, quem e em que condições se pode apadrinhar e ser apadrinhado, se deve ser admitido o apadrinhamento por parte de casais do mesmo género e quais os efeitos que a constituição deste vínculo trás.

Pretende-se sobretudo mostrar que é uma medida tutelar cível que pode desinstitucionalizar um número bastante significativo de crianças e jovens, bastando para isso ser mais divulgada tanto para quem trabalha na área como para a população em geral, com o

---

<sup>1</sup> Proença, José João Gonçalves de - *Direito da família*. 4ª ed. Lisboa : Universidade Lusíada Editora, 2004. pág. 27

principal objetivo de que quem não conheça possa ficar a conhecer e para que quem já conhece possa ver as suas dúvidas esclarecidas.

## Noção e sua natureza jurídica

Entende-se por apadrinhamento civil a relação jurídica tendencialmente permanente que se estabelece entre uma criança ou jovem menor de dezoito anos e uma pessoa singular com mais de vinte e cinco anos ou uma família<sup>2</sup>.

Esta figura jurídica surgiu pela Proposta de Lei nº 253/X e pretende possibilitar às crianças e jovens institucionalizadas, que por qualquer motivo não possam ser adotadas nem regressar à família biológica, a oportunidade de viverem num ambiente digno para o seu bem-estar, crescimento e desenvolvimento, tal como sugere a Convenção sobre os Direitos da Criança que reconhece que «a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão». Para que tal aconteça, é necessário que seja criada a devida relação de afetividade entre aquele que será o padrinho/madrinha/padrinhos e a criança ou jovem apadrinhado, sendo que essa relação é o ponto-chave desta figura jurídica enquanto meio de desinstitucionalização, pois é a mesma que vai ditar o sucesso ou insucesso do apadrinhamento civil<sup>3</sup>.

Tal como na linguagem corrente, o padrinho/madrinha recebe a confiança, neste caso do Tribunal, para cuidar de uma criança/jovem como se fosse o seu próprio filho sem este o ser, ficando «habilitado a exercer as responsabilidades parentais, em diálogo com os pais, relativamente aos aspetos mais relevantes da vida e da pessoa da criança<sup>4</sup>» no seu todo ou com as limitações constantes do compromisso de Apadrinhamento Civil ou da decisão judicial que o constitui, porém nunca extinguindo ou esquecendo os laços biológicos, sendo até desejável que se continue a manter o contacto conforme vem estipulado no artigo 8.º da Lei 103/2009, de 11 de Setembro<sup>5</sup> onde estão consagrados os direitos dos pais e também para que possa haver uma relação saudável entre pais e padrinhos, não criando situações propícias a disputa estando assim sujeitos aos princípios enunciados no artigo 9.º.

Esta medida visa sobretudo ajudar as crianças e jovens institucionalizadas a acreditar que é possível ter uma vida melhor e que eles próprios podem criar os seus planos para o futuro com ajuda de pessoas que tenham como referência.

---

<sup>2</sup> Conforme o previsto no art.º 2.º, 4.º e 5.º da Lei 103/2009, de 11 de Setembro

<sup>3</sup> «Não é necessária a prévia existência de laços afetivos entre o padrinho (padrinhos) e a criança ou jovem, mas esse é um dos objetivos fundamentais do instituto jurídico criado. (...) E a não constituição dos vínculos afetivos poderá justificar a sua revogação por ser contrário aos interesses do afilhado (art.º 25.º/1).» **Ramião, Tomé D'Almeida** – *Apadrinhamento civil*: anotado e comentado. Lisboa: Quid Juris, 2011 – pág.12

<sup>4</sup> **Ferreira, Maria Elisabete** – *Algumas notas sobre o Apadrinhamento Civil* – Estudos em Homenagem Dr. Hoster. – Pág.3

<sup>5</sup> Doravante, os artigos que não tiverem qualquer referência a um diploma legal remetem para a presente lei.

Relativamente à natureza jurídica desta relação, partimos do princípio que esta constitui uma relação jurídica de carácter tendencialmente permanente que é constituída por tribunal e se extingue por morte das partes ou decisão judicial de revogação.

Procedendo à análise, sabemos então que o apadrinhamento civil é menos que a adoção (mesmo comparativamente com a agora revogada adoção restrita<sup>6</sup>) figurada no artigo 1973.º do CC e na Lei 143/2015, de 8 de setembro designada como Regime Jurídico do Processo de Adoção. Sendo tal afirmação de possível verificação face à forma da sua constituição conforme dispõe o artigo 5.º da LAC mas também pelos seus efeitos. Este vínculo não atribui qualquer tipo de efeito sucessório, sendo esta uma das principais diferenças entre estes dois institutos, assentando a outra no facto de relativamente à adoção ser constituída uma relação de filiação<sup>7</sup>, enquanto na figura jurídica em estudo, o mesmo não acontece.

Quanto à sua relação com a figura da tutela, regulada no artigo 1927.º e ss do CC, o apadrinhamento civil tem um significado maior comparativamente a esta no que respeita à sua constituição, aos efeitos que se extraem desta relação e também no respeitante à revogação. Na matéria de constituição e extinção, o apadrinhamento impede a tutela, tanto nos processos que já a têm instituída como nas possíveis constituições, dando-se assim preferência à constituição de uma relação jurídica de apadrinhamento civil cf. artigo 1921.º e 1961.º do CC. Quanto à extinção da relação da tutela, verificamos no artigo 1961.º/1-a) do CC que a maioria é causa de extinção da tutela; já no apadrinhamento civil é possível verificar que a maioria do afilhado não é motivo de cessação do vínculo tal como referido no artigo 2.º da LAC que transmite, que esta relação jurídica é de carácter tendencialmente permanente. No que concerne aos efeitos de uma relação e de outra, encontramos as principais diferenças no facto de no apadrinhamento civil se prever a integração do afilhado no agregado familiar do padrinho/madrinha ou padrinhos, na criação da obrigação de alimentos entre padrinho e afilhado e tudo isto difere porquanto no instituto da tutela, na medida em que nesta «quando muito, impõe ao tutor o dever de sustentar o pupilo, por força do artigo 1935.º/1 do CC»<sup>8</sup>.

Por último, a natureza jurídica do Apadrinhamento Civil é um dos pontos desta figura jurídica em que encontramos mais divergências doutrinárias, há quem considere que estamos perante uma relação familiar a par das elencadas no artigo 1576.º do CC e, quem

---

<sup>6</sup> Figura revogada pela Lei 143/2015, de 8 de setembro

<sup>7</sup> A filiação tem como efeitos gerais os contemplados no artigo 1874.º e ss do CC, sendo eles os deveres recíprocos de pais e filhos tais como respeito, assistência e auxílio; escolha do nome do filho e a atribuição de nome de pai e mãe ou apenas de um deles.

<sup>8</sup> **Pinheiro, Jorge Duarte** – *O Direito da Família Contemporâneo*. Lisboa: AAFDL, 2013 – pág. 382

seja da opinião que estamos perante uma relação quase familiar ou para-familiar. O professor Jorge Duarte Pinheiro afirma expressamente que «A exigência de intervenção estatal para constituição e revogação do vínculo, a duração (que ultrapassa o período de menoridade do afilhado) e a finalidade de integração familiar (do afilhado junto dos padrinhos) permite considerar o apadrinhamento civil uma nova relação familiar inominada (a par da filiação por consentimento não adoptivo).»<sup>9</sup>. Sucede porém que na Proposta de Lei 253/X, o próprio legislador definiu esta figura como uma relação para-familiar<sup>10</sup>, também outras personalidades defendem esta posição, sendo por exemplo Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro que afirmam «que o apadrinhamento constitui uma relação jurídica quase-familiar, porquanto os laços de solidariedade que lhe subjazem se mantêm para lá da maioridade do afilhado, sendo mais que um mero instituto de suprimento da incapacidade por menoridade»<sup>11</sup>. A posição assumida por estes autores, juridicamente, pode traduzir-se no facto de a relação para-familiar não se poder incluir na relação familiar propriamente dita tendo, no entanto, alguns efeitos semelhantes com as mesmas; nomeadamente e relativo ao objeto do presente estudo, o facto de os padrinhos assumirem alguns direitos e obrigações que seriam dos progenitores.

---

<sup>9</sup> **Pinheiro, Jorge Duarte** – *O Direito da Família Contemporâneo*. Lisboa: AAFDL, 2013 – pág. 382

<sup>10</sup> Entende José João Gonçalves de Proença por relação parafamiliar «aquelas que a lei tutela pela relevância económica-social que assumem no âmbito da família (sem, no entanto, poderem ser considerados como integrantes da instituição familiar)» - *Direito da Família*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008 – pág. 29

<sup>11</sup> Ana Rita Alfaiate e Geraldo Rocha Ribeiro, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil*, Revista do CEJ 1 (2013), pág. 120.

## Regime Legal

Lei 103/2009, de 11 de setembro

Esta lei foi criada com o objetivo de acrescentar uma alternativa às crianças e jovens que precisam de mais cuidado e atenção por parte da sociedade, tal como consagrado no artigo 69.º da CRP «as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições», e acrescenta que «o Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal» e não só, não deixando cair em esquecimento as soluções que já existiam para fazer face à institucionalização de menores.

O apadrinhamento civil é caracterizado no diploma que criou esta figura jurídica como uma relação jurídica para-familiar, com a atribuição do exercício das responsabilidades parentais aos padrinhos, «reservando-se aos progenitores o direito de visita e dever de colaboração com os padrinhos».<sup>12</sup>

No decorrer do Verão de 2015, foi a presente lei alterada por aquele que veio a ser o Regime Geral do Processo Tutelar Cível - Lei 141/2015, de 8 de setembro, entrando em vigor a 8 de outubro de 2015. A principal alteração introduzida foi a nível de fixar o tribunal como a entidade que irá ter o papel principal na criação e revogação desta relação jurídica, bem como na resolução de qualquer vicissitude que venha a ser despoletada.

Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro

O ora diploma foi criado para regulamentação do regime jurídico do apadrinhamento civil, estabelecendo os requisitos e quais os trâmites a seguir para que seja possível o apadrinhamento, entrando assim em vigor no passado 26 de dezembro de 2010.

Por estar em causa o futuro de uma criança/jovem, há necessidade de estabelecer um conjunto de competências pessoais e certificação das mesmas que se traduz num processo de avaliação das capacidades dos candidatos para com a criança ou jovem e também nas relações dos padrinhos para com a família biológica do afilhado tal como a lei o prevê.

---

<sup>12</sup> **Ramião, Tomé D'Almeida** – *Apadrinhamento civil*: anotado e comentado. Lisboa: Quid Juris, 2011 – pág. 5



## Constituição da relação jurídica de Apadrinhamento Civil

### Quem pode apadrinhar?

A lei prevê no seu artigo 4.º que «podem apadrinhar pessoas maiores de 25 anos, previamente habilitadas para o efeito, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 11.º», desde que, tal como consta da lei, estejam previamente habilitadas, isto é, tenham concluído com sucesso o processo de avaliação para serem padrinhos civis.

Estabeleceu o legislador um limite mínimo de idade, de maneira a que se possa garantir «patamares mínimos de maturidade»<sup>13</sup>, para que o compromisso possa ser integralmente cumprido. Ainda relativamente à idade estabelecida, no caso de o apadrinhamento ser conjunto, ou seja, por um casal, devem ambos ter os 25 anos de idade.

Segundo o Dr. Tomé d'Almeida Ramião<sup>14</sup>, coloca-se agora a questão de saber em que altura se deve atender à idade mínima exigida «se no momento de habilitação ou da decisão judicial, incluindo da homologação do compromisso.», entende o mesmo autor que o momento em que se deve auferir o requisito da idade deve ser aquando da habilitação, pois é neste momento que se procede à verificação dos requisitos para dar a mesma como concluída com sucesso; existe ainda um outro facto ligado a este requisito de idade mínima que é o de o candidato a apadrinhar ter alguma experiência de vida para lidar com a relação de cooperação que o legislador pretendeu estabelecer entre pais e padrinhos e que segundo Guilherme de Oliveira<sup>15</sup> «(...) exigirá, frequentemente, dos padrinhos, atitudes de serenidade e ponderação (...)»<sup>16</sup>, mas também respeito pelos pais e demais pessoas importantes na vida da criança/jovem a ser apadrinhada.

Ainda relativamente à idade, o legislador optou por não estabelecer um limite máximo de idade, visto que a esperança média de vida tem aumentado, prevendo-se que assim continue, sendo que o facto de o candidato a padrinho ter mais idade não é impeditivo de ter autonomia e condições de vida para proporcionar um bom projeto de vida para uma criança/jovem.

Como exceção do presente título temos o artigo 11.º/5 da LAC em que podem também apadrinhar os familiares, pessoa idónea ou a família de acolhimento a quem a

<sup>13</sup> **Oliveira, Guilherme de**, “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*”, 1ª edição, Observatório Permanente da Adopção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011 - pág. 10

<sup>14</sup> À data da edição da presente obra, o mesmo era Juiz de Direito de Família e Menores do Tribunal do Barreiro

<sup>15</sup> Presidente da Direção do Centro de Direito da Família [in <http://www.centrodedireitodafamilia.org/node/4>]

<sup>16</sup> **Oliveira, Guilherme de**, “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*”, 1ª edição, Observatório Permanente da Adopção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011 - pág. 10

criança ou jovem tenha sido confiada em processo de promoção e proteção ou a um tutor por força de decisão proferida em processo de tutela, tal como irá ser fundamentado mais adiante na presente dissertação.

Relativamente ao apadrinhamento por casais do mesmo género, Maria Elisabete Ferreira<sup>17</sup> partilha a opinião de que é importante proceder à distinção de candidatura enquanto casal homossexual e homossexualidade enquanto orientação sexual do candidato a padrinho. O legislador nada previu na Lei 103/2009, de 11 de setembro; contudo, no decreto que regulamenta a lei mencionada anteriormente, Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro que especifica quais os procedimentos para a habilitação e certificação dos candidatos ao apadrinhamento, este refere no seu artigo 3.º que tem a epígrafe «Fatores de habilitação», no seu número 4, elementos essenciais à habilitação dos padrinhos o seguinte «(...) é, ainda aplicável, à habilitação dos padrinhos, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 3.º da Lei 9/2010, de 31 de março, e no artigo 7.º da Lei n.º 7/2001, de 11 de maio.».

Assim, resulta do artigo 7.º<sup>18</sup> que é permitida a adoção por pessoas de sexo diferente que vivam em união de facto, nas condições previstas do artigo 1979.º do CC. Já no artigo 3.º<sup>19</sup>/1, é-nos transmitido pelo legislador que legalmente não é admissível a adoção por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo. Contudo, o artigo 1979.º/1 do CC para o qual nos remete o artigo 7.º da Lei 7/2001, de 11 de maio, estabelece que «podem adotar duas pessoas casadas há mais de quatro anos». Entendemos assim que a maneira como está redigido este artigo deixa em aberto a possibilidade da adoção por casais do mesmo género, de acordo com a redação dada ao artigo aqui enunciado pela Lei 143/2015, de 8 de setembro que estabelece o novo Regime Jurídico do Processo de Adoção<sup>20</sup>.

Carece assim este artigo de uma remissão para o artigo 3.º/2 da Lei 9/2010, de 31 de março onde está plasmado que «nenhuma disposição legal em matérias de adoção pode ser interpretada em sentido contrário ao disposto no número anterior.».

Uma vez que é aplicável ao apadrinhamento civil em analogia o regime da adoção no que respeita a fatores de habilitação conclui-se assim que não é admissível o apadrinhamento civil por casais do mesmo género, opinião partilhada pelo Dr. Tomé D'Almeida Ramião, porquanto existe aqui a violação do princípio da igualdade plasmado no artigo 13.º

---

<sup>17</sup> Assistente da Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto), Doutora em Direito pela mesma Universidade [in *Algumas notas sobre o regime jurídico do Apadrinhamento Civil* - In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Ewald Hörster / [coord.] Luís Couto Gonçalves. [et al.]. - Coimbra: Almedina, 2012.]

<sup>18</sup> Lei 7/2001, de 11 de maio – Medidas de Proteção da União de Facto

<sup>19</sup> Lei 9/2010, de 31 de março – Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo

<sup>20</sup> Doravante designado por RJPA

CRP, no que concerne à orientação sexual. Não ficando, de todo, excluída a possibilidade de apadrinhamento por parte de um padrinho/madrinha que seja homossexual. Todavia, conclusão diferente tem Maria Elisabete Ferreira quando diz que «Ainda assim, a letra da lei não refere tais hipóteses como excludentes do Apadrinhamento Civil, mas como fatores de ponderação, o que poderá levar os tribunais a permitir o apadrinhamento.»<sup>21</sup>, acrescentando ainda que o fator referido anteriormente surge ao lado de outros fatores como as condições económicas, sociais e emocionais dos candidatos.<sup>22</sup> Também o professor Jorge Duarte Pinheiro conclui que ao abrigo do artigo 3.º/4 do Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro não é permitido o apadrinhamento civil aos casais compostos por pessoas do mesmo género. Refere ainda a Dra. Catarina Cunha: «Se a lei é expressa quanto à proibição da adoção de crianças por casais homossexuais, bem como, por pessoas do mesmo sexo que vivem em união de facto é, naturalmente, contra a adoção de crianças por candidatos singulares à adoção com a mesma orientação sexual. Nem de outra forma faria sentido interpretar a lei pois, coerentemente, qualquer um dos candidatos singulares pode, a qualquer momento, construir ou refazer a sua vida familiar com outro companheiro no seguimento e respeito pela orientação sexual que, livremente, escolheu.».

### Processo de habilitação e designação dos padrinhos

É também fator/requisito de habilitação dos padrinhos, o candidato ou qualquer pessoa que com o mesmo coabite, não terem sido condenados por crime de violência doméstica e maus tratos, previstos e punidos pelos artigos 152.º e 152.º-A do Código Penal respetivamente, ou por qualquer outro crime contra a liberdade e autodeterminação sexual, previstos no capítulo V, título I, livro II do Código Penal.

«O candidato a padrinho não poderá, igualmente, estar inibido do exercício das responsabilidades parentais nem ter o seu exercício limitado nos termos do 1918.º do Código Civil.»<sup>23</sup>

A candidatura para o apadrinhamento civil pode ser espontânea, caso seja feita por pessoa com legitimidade para tal e que preencha todos os requisitos de acordo com artigo 3.º do diploma regulamentador ou pode ser por iniciativa das entidades elencadas no artigo 10.º/1 da LAC: Ministério Público, na medida em que tem em sua posse processos de promoção e proteção ou processos tutelares cíveis em que seja interveniente, mas também através do contacto adquirido no seu centro de atendimento onde fica a conhecer situações

---

<sup>21</sup> *Algumas notas sobre o apadrinhamento civil – Estudos em Homenagem do Dr. Hostêr.* Pág.5

<sup>22</sup> **Ferreira, Maria Elisabete** – Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil, pág. 5

<sup>23</sup> **Ferreira, Maria Elisabete** – Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil, pág. 4

de possíveis apadrinhamentos; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no âmbito de processos que estejam e sejam da sua competência, cabendo a esta promover ou incentivar a constituição da relação jurídica; organismo competente da Segurança Social ou de instituição por esta habilitada, querendo isto dizer que no âmbito do seu serviço de ação social e solidariedade, pode ter conhecimento de situações que sejam passíveis de constituição deste vínculo, contudo esclarece o professor Guilherme de Oliveira que «contrariamente ao que se possa pensar depois de uma leitura mais apressada do artigo, esta possibilidade não tem como campo de aplicação por excelência as crianças institucionalizadas.»<sup>24</sup>, tal justifica-se com o facto de as crianças que estão institucionalizadas serem já alvo de processos de promoção e proteção ou processos tutelares cíveis, sendo por isso esta competência atribuída aos técnicos que fazem o acompanhamento dos processos daquelas crianças junto dos Tribunais, ficando à sua responsabilidade a sugestão da medida a aplicar àquela criança, aquando do parecer/relatório social que se dirige ao juiz nos termos do artigo 19.º/1; dos pais, na medida em que uma vez que não tem que haver o corte dos laços com a família biológica, os próprios pais acabam por consentir e não se opor à constituição desta relação jurídica dirigindo-se assim onde haja processo e não havendo processo pendente devem dirigir-se ao organismo competente da segurança social ou à instituição por esta habilitada, aplicando-se o mesmo ao representante legal da criança ou do jovem ou pessoa que tenha a sua guarda de facto; pode ainda a iniciativa ser da própria criança ou jovem que seja maior de doze anos, pedindo primeiramente ao tribunal que nomeie patrono que o possa representar, podendo o mesmo indicar desde logo os padrinhos nos termos do artigo 11.º, na quase certeza de que o vínculo será constituído com sucesso; por último, cabe referir que a constituição deste vínculo jurídico cabe ainda ao tribunal no âmbito de processos que aí hajam pendentes referentes à criança, o que permite ao juiz conhecer a realidade daquela criança ou jovem e apreciar então se é a medida adequada a aplicar ou se, pelo contrário não.

No caso de a candidatura ser espontânea, o candidato previamente habilitado irá constar de uma lista constituída a nível regional, conforme explicado pela Dr.ª Joana Ribeiro, sendo esta inclusão feita deste modo devido à manutenção dos laços biológicos entre a criança ou jovem apadrinhado e a sua família biológica, para que seja possível a manutenção do contacto entre os mesmos. Contudo, sendo o processo de pesquisa efetuado desta forma, implica que por motivos geográficos não existem/não hajam tantos casos de apadrinhamento civil e seja assim um dos obstáculos (mas não dos que mais pesam) para a

---

<sup>24</sup> “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adopção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág. 26

constituição desta relação jurídica, isto porque, no caso do concelho de Lisboa (área geográfica onde a Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar da SCML atua) existe um número significativo de crianças que podiam estar numa situação de apadrinhamento civil constituída, e tal como na adoção não há porque existe uma certa preferência por crianças pequenas (com menos de oito anos de idade) e que não tenham problemas de saúde, o que torna difícil a constituição daquela relação. Assim sendo a pesquisa efetuada por características e região, torna assim difícil a constituição desta relação jurídica.

Contudo, ao abrigo do disposto no artigo 11.º/2, estão elencados um número de pessoas que podem designar pessoa ou família para ser padrinho civil da criança ou do jovem, saltando assim o requisito geográfico. Assim se conclui que o facto de existir a necessidade de uma lista regional, para melhor organização e no fundo como estratégia, essa não deve ser impedimento para a constituição do vínculo de apadrinhamento civil<sup>25</sup>.

Sucedo ainda que, não importa quem faz a designação, mas esta nunca dispensa o processo de habilitação a que os padrinhos civis estão sujeitos, todavia «no caso de a criança ter sido confiada, no âmbito do processo de promoção e proteção, a familiares, pessoa idónea ou família de acolhimento, ou no caso de ela ter sido confiada pelo tribunal a um tutor, avaliação técnica que necessariamente precedeu a aplicação da medida de promoção e proteção ou a decisão do tribunal faz pressupor a desnecessidade da sujeição daquelas pessoas a um segundo processo completo de avaliação pela segurança social para que se tornem padrinhos.»<sup>26</sup>, sendo em princípio dispensada a habilitação completa, apenas e só relativamente à criança com quem já estabeleceram relação no contexto do processo que deu origem à constituição do apadrinhamento civil nos termos do artigo 5.º do decreto regulamentar desta figura jurídica. Estabelece ainda o artigo 12.º da LAC que os candidatos a padrinhos devem ter como características: idoneidade<sup>27</sup> e autonomia de vida<sup>28</sup> para que possam ser habilitados e assim certificados como futuros padrinhos civis.

Assim, temos dois momentos de habilitação, sendo eles a habilitação em concreto e a habilitação em abstrato. Falamos em habilitação em concreto quando estamos perante situações em que já existe preferência por uma criança, sendo que os fatores do artigo 3.º

<sup>25</sup> **Oliveira, Guilherme de** - “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adoção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág. 30

<sup>26</sup> **Oliveira, Guilherme de** - “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adoção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág.32

<sup>27</sup> Entende-se por idoneidade a «retidão nas suas relações com os outros», **Oliveira, Guilherme de** - “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adoção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág.34

<sup>28</sup> Entende-se por autonomia de vida a capacidade de tomar decisões para reger a sua pessoa e a do futuro afilhado e também a sua capacidade financeira.

do decreto regulamentar deste instituto irão ser assim analisados no sentido de aprovar ou não aquela constituição. Quanto aos fatores elencados poderemos distingui-los em objetivos e subjetivos, relativamente aos primeiros estarão associados o indeferimento liminar do processo de candidatura à primeira verificação, isto é, sobre estes recaem a mera verificação para exclusão do candidato a padrinho civil, tratando-se assim dos fatores previstos nos números 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro, que são, como já referido anteriormente, a condenação e sentença transitada em julgado de crime de maus tratos e violência doméstica cf. artigos 152.º e 152.º-A do Código Penal, bem como pelos crimes previstos no capítulo V do título I do livro II do mesmo diploma legal; além destes, fazem parte também destes fatores objetivos a inibição<sup>29</sup> ou limitação<sup>30</sup> do exercício das responsabilidades parentais nos termos definidos no artigo 1918.º do Código Civil.

Quanto aos fatores objetivos, estes são os constantes do número 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro, sendo que a alínea a) faz referência à personalidade, maturidade, capacidade afetiva e estabilidade emocional querendo isto dizer que a figura ideal para que o papel de padrinho civil possa ser assumido com sucesso deve supor alguém que tenha consciência de si e que seja capaz de construir e manter uma relação de afeto para com o afilhado, até porque na grande maioria das vezes as crianças sujeitas a medidas de promoção e proteção ou outros processos tutelares cíveis são crianças que já vivenciaram muitas situações, podendo algumas delas ter deixado algum tipo de trauma, pelo que se requer a estabilidade emocional como fator de habilitação; na alínea b) encontramos a capacidade de “governar” e corresponder às necessidades e desenvolvimentos da criança ou jovem a apadrinhar, sendo também nesta etapa que se avalia se o candidato a padrinho está apto a lidar com situações de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais ou outras dificuldades que sejam, sendo ou não de origem patológica, e caso se mostre que tem capacidade para lidar com estas situações particulares, se tem capacidade

---

<sup>29</sup> A lei distingue entre inibição de pleno direito e inibição judicial, artigos 1913.º e 1915.º CC, respetivamente. Entende-se por inibição de pleno direito, aquela que diz respeito a situações que tornam impossível ao progenitor o exercício das responsabilidades parentais, impossibilidade de exercício esse resultante de condenação definitiva por crime, interditos e inabilitados por anomalia psíquica e ausentes desde a nomeação do curador provisório. Ainda relativamente a esta, o artigo 1913.º/2 CC acrescenta ainda inibidos de pleno direito de representar o filho e administrar os seus bens os menores não emancipados e os interditos e inabilitados por motivo diferente da anomalia psíquica.

Relativamente à inibição judicial, artigo 1915.º CC, a inibição do exercício das responsabilidades parentais pode ser total ou limitar-se à representação e administração dos bens dos filhos, podendo abranger ambos os progenitores ou apenas um e podendo referir-se a todos os filhos ou a apenas algum ou alguns. Aplicação a inibição judicial aos pais que infrinjam culposamente os deveres para com os filhos, com grave prejuízo destes, ou quando, por inexperiência, enfermidade, ausência ou outras razões atendíveis, se não mostre de cumprir aqueles deveres.

<sup>30</sup> Retiram-se aos progenitores parte das atribuições das responsabilidades parentais, a requerimento do Ministério Público, quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição cf. Artigo 1918.º, 1919.º e 1920.º do CC.

de acompanhar todo o desenvolvimento e progressos dessa mesma necessidade especial. Relativamente à alínea c), a mesma determina que as condições de higiene e habitação compõem a lista dos fatores de habilitação do candidato a padrinho, sendo que neste campo podemos fazer referência ao facto de algumas crianças serem retiradas à família biológica e sujeitas a processo de promoção e proteção ou processo tutelar cível, precisamente pelo facto de a casa de família e condições de higiene e habitabilidade não serem as melhores<sup>31</sup>.

Na alínea d) visa-se sobretudo verificar se o candidato a padrinho tem condições socioeconómicas e familiares para que seja constituído este vínculo jurídico, é essencial que se perceba se o candidato tem um posto de trabalho seguro e se irá que proporcionar as condições desejáveis e expectantes para que seja possível a entrada de mais um elemento no agregado familiar. Com a alínea e), o legislador quis alertar principalmente para a idade dos candidatos, como já visto, não foi atribuído um teto máximo de idade e sendo que os padrinhos são quem vai substituir os pais em todas as tarefas inerentes ao cuidado e organização da vida da criança ou jovem a apadrinhar, é essencial que garantam que não estão impossibilitados de exercer as funções que recairão sobre os mesmos aquando da constituição da relação, dependendo também do futuro apadrinhado, caso seja criança ou jovem, tenha ou não necessidades especiais, carecendo assim de uma análise ao caso concreto. O fator plasmado na alínea f) é, segundo o professor Guilherme de Oliveira, o «elemento fulcral» de todo o processo de habilitação, onde irão ser avaliados o porquê e o que esperam os candidatos a padrinhos da relação jurídica que virá a ser constituída. Nesta motivação e expectativas para a candidatura, os técnicos irão analisar e perceber se os candidatos sabem o que pressupõe o apadrinhamento civil, sobretudo o facto de não haver o corte dos laços biológicos da criança ou jovem, que em grande parte das ações de formação efetuadas aos candidatos é o que leva a que desistam da candidatura, percebendo assim os direitos previstos no artigo 8.º da LAC para os pais do apadrinhado. No que concerne à alínea g), esta trata do apoio concedido para a verificação do sucesso da relação de apadrinhamento civil, remetendo-nos esta alínea para o artigo 20.º da LAC que tem como epígrafe «Apoio ao apadrinhamento civil», assim, este apoio tem dois objetivos: o de criar ou intensificar as condições necessárias para o êxito da relação de apadrinhamento e o de avaliar o êxito da relação de apadrinhamento, do ponto de vista do interesse do afilhado. Relativamente a estes objetivos, é a primeira vez que o Estado por força da lei, se compromete a apoiar e

---

<sup>31</sup> Vide Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27/02/2014 (Jorge Leal), Processo nº 1035/06.5TBVFX-A.L1-2 e Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 22/11/2012 (Jorge Leal), Processo nº 2288/08.0TCLRS.L1-2.



verificar o êxito de uma medida, situando-se os mesmos em dois momentos distintos: o objetivo definido na alínea a) do número 1 do artigo 20.º da LAC é prestado antes da constituição da relação jurídica que serve para que a criança ou jovem e o padrinho ou padrinhos se conheçam e comecem a contactar-se mais frequentemente; já o definido na alínea b) refere-se ao período de tempo pós constituição de apadrinhamento civil sendo a entidade competente, para a prestação do apoio em ambos os casos, as comissões de proteção de crianças e jovens caso o processo que deu origem ao apadrinhamento civil aí tenha corrido seus termos ou a organismo competente da segurança social nas mesmas condições, podendo este último delegar em instituição que tenha competência para cumprir os dois objetivos elencados no número 1 do mesmo artigo. Este apoio prestado pelo Estado tem uma duração limitada de 18 meses contados desde a constituição do vínculo, podendo terminar quando for possível concluir que a integração familiar do afilhado se verificou com sucesso; não podendo haver entraves à implementação e execução deste apoio, é pedida a máxima colaboração para que seja possível concluir o sucesso do apadrinhamento.

Voltando agora novamente ao artigo 3.º do decreto regulamentar da Lei 103/2009, de 11 de setembro, surge-nos a alínea h) que se relaciona com o facto de o candidato estar ou não disponível para receber a formação que se vier a proporcionar pelos organismos competentes, formação essa que decorre do artigo 9.º do mesmo decreto e que visa a garantia do sucesso do apadrinhamento civil. As restantes alíneas do artigo 3.º do Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro, pressupõem a criação de uma relação de cooperação entre pais e padrinhos e também a integração do afilhado civil no agregado familiar do padrinho ou padrinhos. A alínea i) e j) remetem para o respeito pelos direitos dos pais ou de outras pessoas importantes para a criança ou jovem com base no artigo 8.º e 9.º da LAC, já a alínea l) refere a necessidade de se avaliar o impacto que irá ter o apadrinhamento civil na dinâmica familiar dos candidatos, mais concretamente a receptividade desta nova relação nos restantes elementos do agregado. Cabe assim concluir no que respeita a este ponto, que é necessária uma grande cooperação por parte dos candidatos para que seja possível a constituição deste vínculo e para que o processo a que estão sujeitos seja o mais rigoroso possível, podendo-se assim determinar que aqueles candidatos são a escolha certa para o novo membro da família, o afilhado civil.

### Quem pode ser apadrinhado?

A esta questão responde-nos o legislador no artigo 5.º, tendo estabelecido alguns requisitos para os apadrinhados, sendo eles: ter que ser uma criança ou jovem, recorrendo a



uma definição legal entende-se por criança ou jovem «a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos»<sup>32</sup>, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, diz-nos o seu artigo 1.º que «Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.», acrescenta ainda o Código Civil no seu artigo 122.º que «é menor quem ainda não tiver completado dezoito anos de idade»; outro fator é a idade, isto é, só pode ser apadrinhada a criança ou jovem até aos dezoito anos de idade, visto que se trata de uma providência tutelar cível que pretende a criação de uma relação afetiva que permita o seu crescimento e desenvolvimento, ficando as responsabilidades parentais entregues ao candidato a apadrinhar; crianças e jovens que estejam sujeitos a medidas de acolhimento (nomeadamente institucional); crianças e jovens que estejam subordinadas a outras medidas de proteção mas que o apadrinhamento civil se lhes afigure mais vantajoso. Neste último fator associa-se também o conceito de superior interesse da criança<sup>33</sup>, relativamente ao Apadrinhamento Civil, este princípio encontra consagração expressa no artigo 14.º da LAC, na medida em que a mesma deve consentir a relação jurídica. Têm ainda capacidade para ser apadrinhadas as crianças e jovens que não estejam sujeitos a qualquer tipo de medida de proteção e que estejam em perigo; por último mas não menos importante, as crianças e jovens que não estejam em perigo mas que o apadrinhamento seja uma medida com a qual possam criar um projeto de vida sustentável.

O professor Guilherme de Oliveira lança ainda a questão de saber se um jovem menor de dezoito anos emancipado pelo casamento pode ser apadrinhado, dizendo o mesmo autor que esta hipótese só será válida caso o menor tenha contraído matrimónio sem autorização dos pais, o que de acordo com o artigo 133.º do CC conjugado com o 1649º do mesmo diploma legal, caso assim tenha sucedido continuará a ser considerado menor, não havendo nestas situações impedimento para o Apadrinhamento Civil.

Pode ainda ser apadrinhada a criança ou jovem que apesar de ter sido encaminhada para adoção, se verifique que por algum motivo aquela medida seja inviável, aqui falamos essencialmente dos casos em que devido a fatores de idade, há uma preferência muito

---

<sup>32</sup> Cf. Artigo 5.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

<sup>33</sup> Princípio que deve ser observado durante todo o processo tal como plasmado no artigo 3º/1 da Convenção sobre os Direitos da Criança e no artigo 4º- a) da LPCJ, tendo este princípio como corolário a audição da criança e do jovem previsto no artigo 4.º - j) e artigo 84.º da LPCJ; também previsto no artigo 4.º/1-c) e 2, artigo 5.º/7 e 35.º/3 RGPTC e também nos artigos 3.º e 59.º RJPA

grande pelas idades pré-escolares<sup>34</sup>, ou outras características especiais, nomeadamente doenças ou deficiências, em que se torna necessária a alteração da medida a que está sujeita, devendo esta ser muito bem fundamentada.

---

<sup>34</sup> Segundo o relatório CASA 2014, eram 8.470 as crianças e jovens em situação de acolhimento em 2014, sendo que 1.096 eram crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos, representando assim uma percentagem de 12,94%

## Procedimento e Tramitação do Processo

A constituição deste vínculo jurídico encontra-se prevista e regulamentada no artigo 13.º da LAC, podendo haver dispensa de consentimento nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da criança ou jovem maior de doze anos; cônjuge do padrinho ou madrinha não separado judicialmente de pessoas e bens ou de facto ou da pessoa que viva com o padrinho ou a madrinha em união de facto; dos pais do afilhado mesmo que não exerçam as responsabilidades parentais e ainda que sejam menores; do representante legal do afilhado e por fim de quem tiver a sua guarda de facto, nos termos do artigo 5.º da LPCJ e ainda porquanto tenha havido parecer desfavorável do conselho de família<sup>35</sup>. Quando ocorre a constituição do apadrinhamento civil de acordo com o número 4 do artigo 14.º da LAC, a relação jurídica diz-se constituída por decisão judicial.

As pessoas a quem compete a iniciativa dirigem a sua pretensão à CPCJ ou ao tribunal onde haja processo respeitante à mesma criança/jovem, no caso de não estar a correr nenhum processo, aquela pretensão pode ser dirigida ao MP, ao organismo competente da Segurança Social ou a instituição por esta habilitada.

Caso a iniciativa dos candidatos seja dirigida à Segurança Social ou a instituição por esta habilitada, o padrinho/madrinha devem preencher questionário individual e a ficha de candidatura, cf. Anexo I e II respetivamente, que são também disponibilizados no sítio da internet [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt). Existe também a possibilidade de marcar uma entrevista meramente informativa onde os candidatos serão informados dos objetivos e procedimentos a efetuar no âmbito desta relação jurídica, o padrinho/madrinha/ padrinhos preencherão então a candidatura se assim o desejarem, bem como juntar todos os documentos necessários que constam de Ficha de Candidatura<sup>36</sup>. Após análise e avaliação, irá então o candidato a padrinho ser sujeito a uma entrevista psicossocial e visita domiciliária.

Caso a iniciativa tenha parecer desfavorável podem os interessados, num prazo de dez dias após a notificação, requerer a apreciação judicial da decisão de não homologação do compromisso de Apadrinhamento Civil, seguindo o processo os seus termos como processo judicial quando o juiz dele discordar. Nos casos em que pode haver lugar a dispensa do consentimento o tribunal notifica os interessados, para querendo, alegarem por escrito e apresentarem prova no prazo de dez dias. Se não for apresentada prova, a decisão é do juiz singular, caso seja apresentada prova, há lugar a debate perante um juiz presidente e dois

---

<sup>35</sup> A existência de conselho de família pressupõe que aquela criança ou jovem já esteja sob tutela - Artigos 1924.º/1 e 1951.º e seguintes do Código Civil

<sup>36</sup> Exemplar constante do Anexo II

juizes sociais. Sendo o processo judicial de apadrinhamento de jurisdição voluntária, o juiz pode a qualquer altura do processo com o consentimento dos interessados ou a requerimento destes fazer intervir serviços públicos ou privados de mediação<sup>37</sup>.

Se a iniciativa for aceite passa a poder ser padrinho civil, sendo que a resposta tem lugar num prazo máximo de seis meses.

O tribunal deve tomar em conta um compromisso de Apadrinhamento Civil que seja proposto ou promover a sua celebração, sendo que a escolha do padrinho deve ser feita, cumprindo o princípio da audição obrigatória e da participação do mesmo, mas também da participação da criança/jovem e pais ou pessoa que tenha a sua guarda de facto ou representante legal. Podemos assim concluir que a entidade competente para a validação e efetivação da constituição desta relação jurídica é o tribunal.

Tal como já referido anteriormente, a constituição do apadrinhamento civil pressupõe o consentimento de um conjunto de pessoas que se encontram elencadas no artigo 14.º/1 da Lei 103/2009, de 11 de setembro, sendo elas da criança ou do jovem maior de doze anos; do cônjuge do padrinho ou da madrinha em união de facto; dos pais do afilhado, mesmo que não exerçam as responsabilidades parentais, e ainda que sejam menores; do representante legal do afilhado; e por último, de quem tiver a sua guarda de facto, nos termos do artigo 5.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Segundo o professor Guilherme de Oliveira, o facto de ser exigido o consentimento de criança ou jovem maior de doze anos não é novidade, isto porque, não obstante as diferenças significativas que há, o mesmo consentimento é também exigido na constituição da adoção tal como consta do artigo 1981.º/1-a) do CC, e para o vínculo jurídico em apreço é necessário que a adesão ao mesmo por parte da criança ou jovem seja comunicada. O requisito da idade prende-se sobretudo pela maturidade e discernimento que a criança ou jovem já deve dispor. Acrescenta ainda o professor Jorge Duarte Pinheiro que «o consentimento da criança ou jovem maior de doze anos pode ser dispensado pelo tribunal se essa criança ou esse jovem estiver privado do uso das faculdades mentais ou se, por qualquer razão, houver grave dificuldade em o ouvir»<sup>38</sup>. Quanto ao consentimento previsto na alínea b) o mesmo se encontra também em semelhança com a adoção, que se justifica por de certa forma ver garantida a estabilidade familiar no “acolhimento” de um novo elemento, sendo assim também um sinal de consenso pelos restantes sujeitos do agregado familiar no que respeita à constituição da relação. A alínea seguinte exige o consentimento dos pais do afilhado civil, mesmo que não exerçam as responsabilidades parentais, e ainda que sejam menores; uma vez que deve

<sup>37</sup> **Ferreira, Maria Elisabete**, *Algumas notas sobre o regime jurídico do apadrinhamento civil*, pág. 12

<sup>38</sup> *Direito da Família Contemporâneo*, 4.ª ed., AAFDL, Lisboa, pág. 375

haver uma relação recíproca de cooperação entre pais e padrinhos, este consentimento é assim o primeiro passo para o sucesso desta relação jurídica.

Já na alínea d) pede-se o consentimento do representante legal do afilhado nomeadamente nos casos em que tenha sido constituída tutela, não ficando por isso necessariamente dispensado o consentimento dos pais. Diz-nos o professor Guilherme de Oliveira que «Para ajuizar da necessidade do consentimento dos pais, cumulativo com o consentimento do tutor, é necessário, nos termos do n.º 3 e da al. d) do n.º 4, ter em conta as razões que levaram à instituição da tutela»<sup>39</sup>.

A última alínea do n.º 1 do artigo 14.º elenca como necessário o consentimento de quem tiver a guarda de facto do jovem. Entende-se por guarda de facto a relação que se estabelece entre a criança ou o jovem e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais. Estamos assim perante figuras como as dos avós e outros familiares, ou não, que perante as mais diversas circunstâncias da vida estabeleceram com a criança ou jovem uma relação de “pais de facto”<sup>40</sup>. Assim torna-se compreensível o facto de se exigir o consentimento de quem tiver a guarda de facto da criança ou jovem, visto ter tomado tantas decisões no que concerne ao projeto de vida e proteção daquele que tinha à sua responsabilidade.

Diz-nos agora o número 2 do mesmo preceito legal que existem situações em que não é necessário o consentimento dos pais do afilhado, do representante legal e de quem detenha a guarda de facto da criança ou jovem. Esta dispensa de consentimento está relacionado com o facto de anteriormente ter havido confiança judicial ou aplicação de medida de promoção e proteção de confiança a instituição com vista a futura adoção ou a pessoa selecionada para adoção caso se verifique que essa mesma medida (adoção) se mostre inviável. Não significa esta dispensa que o apadrinhamento se constitua “sem o consentimento” das pessoas referidas nas alíneas c), d) e e), tal norma vem apenas simplificar, uma vez que estas mesmas pessoas já prestaram o seu consentimento aquando da concordância na aplicação das medidas a que a criança ou jovem esteve sujeito não havendo por isso necessidade de que esse consentimento seja novamente prestado.

O número 3 do artigo 14.º representa uma aparente contradição, na medida em que naquele, diz que não é necessário o consentimento dos pais que tenham sido inibidos do exercício das responsabilidades parentais por terem infringido culposamente os seus deveres para com estes, contudo o número 1 alínea c) diz-nos precisamente que é necessário o

---

<sup>39</sup> “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adopção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág. 44

<sup>40</sup> Definição legal do art.º 5.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de acordo com a republicação da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro

consentimento dos pais do afilhado, mesmo que estes não exerçam as responsabilidades parentais. Quer isto dizer que não deve a constituição do apadrinhamento civil ficar de parte devido aos pais que não souberam respeitar a vida dos próprios filhos.

Acresce ainda o número 4 do mesmo artigo que há uma panóplia de consentimentos que podem também ser dispensados por decisão judicial caso se verifiquem os pressupostos nas diversas alíneas do referido número. Cabe ainda às CPCJ, organismos de Segurança Social e instituições por esta habilitadas, de acordo com o número 5, fazerem a comunicação ao tribunal dos casos em que deva ser dispensado o consentimento.

Posto isto, reunidos os consentimentos necessários das pessoas que fizeram e fazem parte da vida do apadrinhado, seja criança ou jovem, encontra-se assim concluído o processo de habilitação. Estabelecida a relação, as partes assinam o compromisso que tem que ser homologado pelo tribunal independentemente da forma como o processo teve início ao abrigo do disposto do já analisado artigo 13.º.

Para que o compromisso de Apadrinhamento Civil possa ser validamente celebrado deverá conter os seguintes dados: identificação da criança/jovem; identificação dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto; identificação dos padrinhos e eventuais limitações constantes no artigo 16.º da LAC, sendo que os princípios orientadores que irão reger o comportamento dos subscritores são os constantes nos artigos 8.º, 9.º e 26.º, devendo também ser subscrito pelas pessoas constantes no artigo 17.º, sendo elas: a) os padrinhos, b) as pessoas que têm que dar consentimento, c) a instituição onde a criança ou jovem estava acolhido e que promoveu o apadrinhamento civil, d) a entidade encarregada de apoiar o apadrinhamento civil e por último, e) o pró-tutor, quando o tutor vier a assumir a condição de padrinho. O compromisso deve também esclarecer o modo como direitos e deveres devem ser assumidos para que a relação constituída seja sustentável.

A constituição do Apadrinhamento Civil e a revogação desta relação jurídica estão sujeitos a registo civil obrigatório efetuado imediata e oficiosamente pelo tribunal que «decidiu ou homologou o compromisso»<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Pinheiro, Jorge Duarte, *Direito da família contemporâneo*, 4ª ed., AAFDL, Lisboa, 2012, pág. 377

## Exercício das Responsabilidades Parentais

O exercício das responsabilidades parentais é sempre subordinado ao superior interesse da criança, cf. artigo 1878.º/1- 1ª parte do CC.

De acordo com o conceito de responsabilidades parentais estabelecido pelo professor Guilherme de Oliveira e pela Dr.ª Rosa Martins, ambos da Universidade de Coimbra, em documento do Conselho da Europa para a lei portuguesa, entende-se pelas mesmas uma maneira de compensar a incapacidade dos menores não emancipados para exercer os seus direitos, tal como uma coleção de direitos e deveres que a lei confere ou impõe a ambos os pais, estas não podem ser renunciadas cf. artigo 1882.º do CC e são intransmissíveis, chegando o seu exercício ao fim das seguintes maneiras: emancipação do menor, casamento, morte dos pais e adoção. Estas responsabilidades parentais traduzem-se em cuidado e proteção, manutenção de relações pessoais, educação, educação religiosa, medidas disciplinares e castigos corporais, tratamento médico, representação legal, determinação de residência e administração de propriedade.

O exercício das responsabilidades parentais por parte dos padrinhos é considerado exercício das responsabilidades parentais por terceiro<sup>42</sup> tal como previsto no artigo 1907.º/2 do CC, podendo ter algumas limitações, que caso as haja, devem estar previstas no compromisso ou na decisão judicial. Segundo o Dr. Tomé d'Almeida Ramião «As limitações a fixar no compromisso ou decisão judicial dependerão da situação concreta da criança ou jovem, dos seus progenitores e dos padrinhos, podendo abarcar qualquer um dos poderes/deveres referidos ou alguns deles, caso em que competirá aos pais esse exercício»<sup>43</sup>. Na ausência de limitações, os padrinhos exercem-nas sem qualquer tipo de restrição, devendo ser exercidas no interesse exclusivo do afilhado, tal como o previsto no artigo 7º da LAC conjuntamente com o artigo 1878º do CC, todavia os padrinhos são pessoas que não se confundem com os pais, que não assumem o estatuto de pais, mas que desempenham as funções de pais sempre que estes não possam fazê-lo. O número 2 do artigo 7.º remete-nos para os artigos 1936.º a 1941.º do CC, que trata os direitos e obrigações do tutor, sendo que tendo em consideração as limitações previstas no compromisso, algumas destas disposições poderão assim ser inaplicáveis. Quanto ao património do apadrinhado, temos o número 3 que remete para os artigos 1943.º e 1944.º do CC, caso os pais da criança ou jovem tenham falecido, estiverem inibidos do exercício das responsabilidades paren-

---

<sup>42</sup>Amaral, Jorge Augusto Pais de - *Direito da Família e das Sucessões*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2014. pág. 228

<sup>43</sup> *Apadrinhamento civil*: anotado e comentado. Lisboa: Quid Juris, 2011 – pág. 34

tais ou sejam incógnitos, em que os padrinhos têm que apresentar a relação dos bens do menor e a obrigação de prestar contas. Os artigos 1913.º e 1915.º do CC tratam a inibição do exercício das responsabilidades parentais por parte dos pais. Relativamente ao artigo 1913.º do CC, este trata da incompetência para o exercício das responsabilidades parentais caso seja verificada alguma das alíneas, já o artigo 1915.º do CC consagra uma inibição que pode ser total ou parcial. Voltando ao artigo 7.º, transmite-nos o preceituado no número 4 que as obrigações para as quais somos remetidos pelo número anterior são cumpridas perante o tribunal, como entidade que constituiu o vínculo conforme dispõe o artigo 18.º. Remete o número 5 para o Decreto-Lei 272/2001, de 13 de outubro, decreto esse que regula a competência do Ministério Público para decidir pedidos de suprimimento de consentimento.



## Outros efeitos do Apadrinhamento Civil

### Alimentos

Entende-se por alimentos aquilo que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário, compreendendo também a instrução e educação do alimentado caso este seja menor<sup>44</sup>. Sustenta o professor Jorge Duarte Pinheiro que a obrigação de alimentos não tem natureza jurídica familiar, contudo, a obrigação em apreço pode vincular uma pessoa perante outra sem que entre elas exista ou tenha existido qualquer laço familiar consagrado no artigo 2009.º/1-a) do CC.

Relativamente ao assunto «Alimentos», na Lei do Apadrinhamento Civil, encontra-se plasmado no artigo 21.º daquela, que os padrinhos se consideram ascendentes em 1º grau do afilhado para efeitos da obrigação de lhe prestar alimentos, pese embora serem precedidos pelos pais deste desde que se encontrem em condições de satisfazer esse encargo. O mesmo se encontra previsto relativamente ao afilhado, este considera-se descendente em 1º grau dos padrinhos para o efeito da obrigação de lhes prestar alimentos, mas é precedido pelos filhos destes que se encontrem em condições de satisfazer esse encargo.

Assim se entende, que o legislador quis transpor para esta figura jurídica o regime previsto no artigo 2003.º e ss do CC, na medida em que declara que a obrigação de prestar alimentos é em primeiro lugar das relações estabelecidas por laços de sangue, desde que estes tenham condições para assegurar essa obrigação. Estabelece ainda o artigo 1878.º do CC que compete aos pais prover ao sustento dos filhos, conduzir a sua educação e administrar os seus bens entre outras obrigações, ainda no artigo 1880.º do mesmo diploma legal encontramos uma ressalva no que respeita à obrigação de prestar alimentos aos filhos sendo estes maiores que é feita na condição de se no momento em que o filho atinja a maioridade ou for emancipado ainda não tiver concluído a sua formação profissional, a obrigação dos alimentos mantém-se até que a formação fique completa e desde que os pais tenham capacidade para assegurar tal obrigação.

### Impedimento Matrimonial

O artigo 22.º vem consagrar o impedimento matrimonial entre padrinho e afilhado e a sua dispensa. Esta matéria redireciona-nos para a matéria dos impedimentos matrimoniais que se encontram plasmados nos artigos 1600.º e ss do CC. Encontramos assim con-

---

<sup>44</sup> Artigo 2003.º do Código Civil.

sagrados dois tipos de impedimentos: impedimentos dirimentes que se subdividem em absolutos e relativos e os impedimentos impedientes, residindo a principal diferença nas consequências de cada um. Enquanto um casamento celebrado tendo-se verificado um impedimento dirimente é anulável, se for celebrado existindo um impedimento impediente a sanção será de outra natureza e menos severa que a anulabilidade; entende-se por impedimento impediente «factos que impedem a celebração do casamento, mas não o tornam anulável se, apesar da proibição, chegou a realizar-se»<sup>45</sup>.

Voltando ao artigo 22.º, este refere expressamente que estamos perante um impedimento impediente, a par dos previstos no artigo 1604.º do CC. Sucede que o impedimento impediente é susceptível de dispensa ao abrigo do artigo 1609.º do CC e também para o apadrinhamento o legislador consagrou esta opção ao dispor no n.º 2 do nosso artigo 22.º que o «impedimento é susceptível de dispensa pelo conservador do registo civil, que a concede quando haja motivos sérios que justifiquem a celebração do casamento, ouvindo, sempre que possível, quando um dos nubentes for menor, os pais», estando a dispensa por parte do conservador do registo civil regulada pelo Decreto-Lei 272/2011, de 13 de outubro. Contudo, estando a idade mínima do padrinho estabelecida no artigo 4.º e a máxima do afilhado no artigo 5.º, conclui-se que só é possível o casamento entre padrinho maior e afilhado menor.

A celebração do casamento entre padrinhos e afilhados com infração do que se encontra disposto no número 3 importa sanções, sendo umas delas o facto de o padrinho ou a madrinha ficarem incapazes de receber do seu consorte qualquer benefício por doação ou testamento.

## Direitos

Criando-se com este vínculo uma relação para familiar, tanto o padrinho como o afilhado beneficiam de alguns direitos, entre eles o afilhado passa a integrar o agregado familiar do padrinho, beneficiando assim dos direitos constantes do artigo 23.º que consagra o regime de faltas e licenças previstos no Código do Trabalho, proteção social e acompanhamento em situação de doença. Estabelece ainda o número 2 daquele artigo mais direitos, direito a considerar o afilhado como dependente para efeitos fiscais e ainda a beneficiar

---

<sup>45</sup> **Amaral, Jorge Augusto Pais de** - *Direito da Família e das Sucessões*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2014. pág. 66

do estatuto de dador de sangue na medida em que «dar afectos e dar cuidado deve ser equivalente a dar sangue, porque também salva vidas»<sup>46</sup>.

Além dos direitos atribuídos aos padrinhos e afilhados, também os pais do afilhado, desde que não estejam inibidos das responsabilidades parentais têm os direitos previstos no artigo 8.º da LAC.

Também as relações entre pais e padrinhos são reguladas e orientadas pelo artigo 9.º «eles estão submetidos a um dever mútuo de respeito e de preservação da intimidade da vida privada e familiar, do bom nome e da reputação; além disso, devem cooperar na criação das condições adequadas ao bem-estar e desenvolvimento do afilhado.»<sup>47</sup>

Contudo, nos casos em que os pais não tenham intervindo ou se tenham oposto à constituição do Apadrinhamento Civil «(...) não será expectável, nem tão pouco exigível que estes cooperem(...)»<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> **Oliveira, Guilherme de** - “*Regime jurídico do apadrinhamento civil anotado*, 1ª edição, Observatório Permanente da Adopção, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, 2011, pág.67

<sup>47</sup> **Pinheiro, Jorge Duarte** – *Direito da Família Contemporâneo*, 4ª edição, AAFDL, 2013, pág. 379

<sup>48</sup> **Ferreira, Maria Elisabete** – *Algumas notas sobre o Apadrinhamento Civil*. Estudos em homenagem do Dr. Hostêr. Pág.

## Revogação

Está disposto no artigo 24.º que esta relação jurídica constitui um vínculo permanente, encontrando-se também esta ideia no artigo 2.º quando na definição está plasmado que é uma relação tendencialmente permanente. Chama ainda a atenção o Professor Jorge Duarte Pinheiro para o artigo 24.º/1 que apesar do que contém aquela norma legal «o apadrinhamento extingue-se *ex nunc* com a morte dos padrinhos ou do afilhado; não sendo o afilhado sucessível legal do padrinho, nem este é sucessível legal daquele»<sup>49,50</sup>. Ainda o artigo 24.º/2 acrescenta que «os direitos e obrigações inerentes ao exercício das responsabilidades parentais e os alimentos cessam nos termos em que cessam os dos pais, ressalvadas as disposições em contrário estabelecidas no compromisso de apadrinhamento civil».

Pode esta relação ser revogada por iniciativa de qualquer dos subscritores do compromisso de apadrinhamento civil, conforme se encontra previsto no artigo 25.º, desde que se encontrem previstos os requisitos elencados.

De acordo com a alínea a) do artigo 25.º, basta que haja acordo entre todos os intervenientes do compromisso; a alínea b) dispõe que é causa de revogação quando os padrinhos infringam culposamente os deveres assumidos com o apadrinhamento, ou quando não se mostre possível por diversas razões cumprir esses mesmos deveres; já a alínea c) foi tomado em consideração os interesses do afilhado, na medida em que é causa de revogação o apadrinhamento se ter tornado contrário aos interesses do mesmo, esta é uma cláusula que permite ao tribunal determinar a revogação caso nenhuma das outras motivações se aplique; na alínea d) estamos perante uma situação de perigo para o afilhado, em que os padrinhos devem intervir por forma a corrigir esses comportamentos e caso não o consigam evitar constitui assim a atitude do afilhado motivação para proceder à revogação do vínculo; a alínea e) constitui uma situação de não colaboração por parte do afilhado, na medida em que acaba por prejudicar ou destabilizar o agregado familiar; por fim a alínea f) pressupõe um acordo entre padrinhos e afilhado para pôr fim àquela relação jurídica na maioria das vezes pelo facto do afilhado ter atingido a maioridade.

A decisão de revogação cabe ao tribunal que constituiu o vínculo e os efeitos produzem-se no momento em que a revogação se torne definitiva, sujeita a registo civil cf. artigo 27º. Acrescenta ainda este artigo que o processo judicial de revogação da relação jurídica do apadrinhamento civil tramita por via eletrónica nos termos da lei processual

---

<sup>49</sup> **Pinheiro, Jorge Duarte** – *Direito da Família Contemporâneo*, 4ª edição, AAFDL, 2013, pág. 379

<sup>50</sup> Contrariamente ao que sucede na adoção.

civil, podendo também o juiz determinar a intervenção de serviços públicos ou provados de mediação caso ache necessário e com o consentimento dos interessados.

Caso o Apadrinhamento Civil venha a ser revogado sem culpa dos padrinhos, estes gozam dos direitos previstos no artigo 26.º, pretendendo-se com estes respeitar as ligações afetivas que foram sendo construídas ao abrigo da relação, saber o local onde se encontra o afilhado, contactar com ele, ser informado sobre o seu desenvolvimento escolar ou profissional, ter conhecimento dos factos relevantes ou de problemas graves da vida do afilhado, receber registo fotográfico ou outro formato de imagem e ainda direito a visitá-lo. Estes direitos devem ser respeitados por todas as pessoas que prestaram consentimento para a constituição do vínculo.

## Breve análise de Direito Comparado

A figura do Apadrinhamento Civil existe também em pelo menos três outros países, são eles: Brasil, França e Inglaterra. Na sua generalidade os regimes são bastante semelhantes ao nosso, com exceção do brasileiro que é o que mais difere, sendo os seus traços gerais também idênticos.

No Brasil, este instituto tem o nome de “Apadrinhamento Afetivo”, não tendo ainda regulamentação própria, sendo que está prevista a construção de um protocolo nacional denominado «Protocolo Nacional de Serviços de Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes com Remotas Chances de Adoção» desde 2012<sup>51</sup>, e este traduz-se por ser um projeto destinado a crianças e jovens que vivem em situação de acolhimento, seja institucional seja familiar, com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e outras pessoas, além dos profissionais que com eles convivem, e que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas. Em razão da idade do afilhado, as crianças aptas a serem apadrinhadas têm, quase sempre, mais de dez anos de idade, têm irmãos e há situações em que têm algum tipo de deficiência ou são portadoras de doenças crônicas, condições essas que resultam, quase sempre, em escassas hipóteses de adoção.

Após receção de candidatura, tanto os padrinhos como as crianças e jovens são preparados previamente para a constituição deste vínculo. A preparação dos afilhados e afilhadas passa pela participação em ações organizadas e executadas pela Comissão de Acompanhamento para as crianças e adolescentes indicados pela instituição<sup>52</sup> onde se encontram como passíveis de apadrinhamento, essas ações têm como temas assuntos como: limites, responsabilidade, vínculo e apego, respeito pelas diferenças, e acima de tudo debatem também a diferença entre apadrinhamento e adoção, para que não subsistam dúvidas.

Também os padrinhos e madrinhas têm uma breve formação nas denominadas oficinas de sensibilização<sup>53</sup>. São vários encontros que tratam assuntos como violência física e psicológica, negligência e maus tratos, limites, vínculo e apego, a realidade da vida em instituições, aspetos jurídicos e as responsabilidades sociais do cidadão. Depois disso, a Comissão de Acompanhamento, selecionará os candidatos a padrinhos e madrinhas tendo como critérios de afetividade, maturidade, disponibilidade, compromisso e responsabilidade. Os

---

<sup>51</sup> III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES, pág. 76, <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

<sup>52</sup> No Brasil, as instituições têm o nome de abrigo.

<sup>53</sup> Nome dado às ações de formação.

requisitos para se ser padrinho afetivo são os seguintes: idade mínima de 18 anos<sup>54</sup>; apresentar toda a documentação solicitada; ir à entrevista preliminar; participar nos encontros de preparação; e ainda estar disposto para dar carinho e afeto. Interessa também ser dito que o padrinho ou madrinha tenha disponibilidade para ir à escola em datas especiais (dia da mãe, dia do pai), que zele pelos estudos do afilhado, que convide o afilhado com alguma regularidade para que possam passar algum tempo juntos, que vão viajar nas férias caso a capacidade financeira do padrinho o permita, que passem um fim-de-semana diferente, que ajude o afilhado a desenvolver o seu projeto de vida idealizando uma profissão, entre muitos outros aspetos, pretende-se principalmente que os padrinhos apoiem estes adolescentes quando completarem os dezoito anos, altura em que irão deixar a instituição e começam a fazer o seu próprio caminho. Devem, o padrinho e a madrinha esclarecer ao seu afilhado afetivo o objetivo do apadrinhamento para evitar a ilusão de adoção, tal como sucede na formação em que ambas as partes estão sujeitas. Deverão, também, cumprir com o acordo estabelecido com a instituição e o afilhado em regime de visitas, horários e compromissos. Os primeiros encontros entre ambos realizam-se na instituição, sendo que para poderem ser realizadas visitas à casa da madrinha ou padrinho, o local é primeiro visitado por uma assistente social.

Uma das intenções do apadrinhamento afetivo é que a criança possa conhecer como funciona a vida em família, passando e vivendo por situações quotidianas. O padrinho ou a madrinha tornam-se uma referência na vida da criança, não ficando com as responsabilidades parentais desta, pois estas continuam a ser da instituição de acolhimento onde a criança se encontra a residir.

Em França, esta figura dá-se pelo nome de “**Parrainage d’Enfants**”, nasceu em 11 de agosto de 2005, tendo sido publicada no Journal Officiel a 30 de outubro de 2005 com o nome de Carta Nacional de Apadrinhamento, a que têm que estar sujeitas as associações ou serviços que promovem este vínculo.

O apadrinhamento traduz-se na construção de uma relação afetiva e de confiança entre uma criança e um adulto ou uma família. Esta relação é constituída com base em princípios fundamentais, sendo eles:

1. Acordo voluntário e consentido por todos os intervenientes, sendo eles a criança, pais, associação ou serviço e padrinhos;

---

<sup>54</sup> Este limite foi estabelecido por forma a respeitar a diferença de dezasseis anos entre ambos, conforme recomenda o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 42.º/3, que regula a adoção

2. Boa vontade do padrinho, representada pela vontade em ajudar consoante as necessidades da criança;
3. Um compromisso duradouro de padrinhos, pais e titulares de autoridade parental;
4. O respeito da autoridade parental, da escolha da criança, do lugar e da vida privada de cada um;
5. Flexibilidade e adaptabilidade das propostas em função de cada situação;
6. A formalização do compromisso e assinatura da convenção por parte dos titulares da autoridade parental, da criança com idade de discernimento, dos padrinhos, associação ou serviço e a pessoa a quem a criança esteja confiada;
7. Acompanhamento do apadrinhamento pela associação ou serviço que deu início ao processo, e por último,
8. Instauração de parceria com serviços especializados, sociais, médico-sociais ou judiciais, quando a criança esteja sujeita a medida de proteção.

O processo tem início da seguinte forma, a associação recebe a candidatura à qual vai dedicar a sua análise com base na informação sobre o apadrinhamento, visitas, entrevistas com os técnicos especializados sobre as motivações, reuniões e grupos de trabalho. Após a receção da candidatura, é apresentada a proposta e pedido o consentimento aos pais, caso sejam separados é dado a conhecer a cada um esperando que aceitem ou pelo menos que não se oponham, avançando o processo apenas quando for obtido o consentimentos de ambos. De seguida, é dado a conhecer à criança a proposta de apadrinhamento, ao qual as técnicas irão reunir com a mesma a fim de verificar que esta se encontra bem informada e esclarecida face à sua idade e maturidade sobre o que é o apadrinhamento, o seu consentimento e examinar todas as outras questões práticas relativas a este vínculo, como vai ser o encontro com o padrinho e a frequência com que se irão ver. Posto isto, é então analisada a candidatura dos padrinhos por pelo menos duas pessoas com base em duas entrevistas destinadas a avaliar as suas capacidades face ao apadrinhamento e assegurar que as condições ao bom desenvolvimento desta relação são cumpridas. Após terem sido reunidos todos os intervenientes do apadrinhamento, é assegurada a adequação entre o processo de apadrinhamento e a proposta do padrinho de acordo com todas as informações recolhidas e discutidas, a decisão é tomada pela associação ou serviço responsável pela assinatura da convenção, que é o documento oficial do apadrinhamento. Tal como no nos-



so ordenamento jurídico, este instituto não tem duração definida, assumindo-se portanto que é também de carácter tendencialmente permanente.

Após constituição de vínculo, é necessário que seja feito um acompanhamento especializado tanto da parte dos pais, como padrinhos e criança com base em pequenos encontros que servirão para avaliar a confiança e estrutura da relação com espaço para que sejam colocadas as dúvidas sobre qualquer assunto e sempre que necessário ao longo de toda a relação de apadrinhamento.

Por fim, para que o compromisso/Carta seja válido é necessário que seja avaliado pela Comissão Nacional de Apadrinhamento.

Passemos agora à figura “Guardianship of Children”, denominação que tem o Apadrinhamento em Inglaterra. Esta é uma figura de direito privado que nasceu na Convenção da Criança em 1989 e que se destina às crianças que não podem viver com os pais biológicos e se encontram institucionalizadas. Podem-se candidatar a ser padrinhos o tutor da criança, a pessoa que se encontre a realizar a medida de acolhimento familiar, qualquer pessoa com quem a criança viveu durante pelo menos três dos últimos cinco anos (exceto os pais), pessoa com quem a criança tenha vivido pelo menos um ano antes do pedido; pessoa que tenha o consentimento de quem exerce as responsabilidades parentais; qualquer pessoa com autorização do tribunal, devendo também ser maior de 18 anos.

O processo inicia-se com a apresentação em tribunal de uma petição inicial que refira o interesse em cuidar daquela criança com o consentimento da mesma. Este instituto por norma só é concedido se os pais consentirem ou apenas se um deles o consentir, caso o outro não tenha disponibilidade para o efeito. Caso a criança tenha sido vítima de abandono por parte dos pais ou já não exerçam as responsabilidades parentais, não é exigido o consentimento destes. O tribunal irá então marcar uma conferência com a pessoa que iniciou a ação, com os pais da criança (caso estejam disponíveis para estar presentes) e com a criança. Existindo ainda casos em que o tribunal efetua uma visita domiciliária a casa do candidato e analisa os seus antecedentes criminais. O tribunal, tal como em Portugal, decide com base naquilo que é o superior interesse da criança, assim, se conclui que a constituição deste vínculo é o ideal para a criança comparativamente com outras figuras, decide então a favor da constituição do vínculo, pedindo que seja assinada uma declaração em como se aceitam as responsabilidades de ser o padrinho da criança. Fica a ressalva de que o apadrinhamento à semelhança do que acontece no Brasil, as crianças nem sempre vão viver com os padrinhos, e só vivem com estes se o tribunal decidir que aquela tem mais condi-

ções e hipóteses com o padrinho do que com os pais, nesse caso o tribunal tira a guarda da criança aos pais e atribui ao padrinho, por via de regra, mesmo que o padrinho não fique com a guarda da criança ser-lhe-ão atribuídas as responsabilidades parentais.

Sucede então a seguinte situação, caso a criança continue a viver com os pais biológicos ou não viva mas tenha visitas regulares destes, então são eles que continuam financeiramente responsáveis pelo seu filho. Caso os seus direitos pela criança tenham terminado, então eles deixam de ter qualquer responsabilidade sobre aquela criança. Assim, se a guarda da criança for atribuída ao padrinho, este pode procurar ajuda financeira junto da segurança social ou pedir ao tribunal que estabeleça um montante mensal que sirva de apoio às despesas com a criança, todavia, tem o tribunal legitimidade para exigir um “extrato” do dinheiro recebido e comprovativos de como a aplicação daquele dinheiro foi feita com a criança.

Quanto aos efeitos do apadrinhamento inglês, o padrinho, tal como dito, por norma fica com o exercício das responsabilidades parentais da criança, onde estão incluídas as decisões respeitantes ao dia a dia da criança no que concerne à sua educação, saúde, alimentação, etc.; tendo também o padrinho autorização prévia do tribunal para que a criança possa estar fora do país pelo período de máximo de três meses, sem que seja necessário o consentimento de outros detentores das responsabilidades caso os haja. Outro efeito desta figura em Inglaterra é o facto de poder ser atribuído outro apelido à criança ou jovem.

O padrinho conta ainda com um acompanhamento especializado no pós-constituição de vínculo de um grupo de serviços de apoio onde tem direito a assistência financeira, à possibilidade de a criança poder contactar com figuras de referência na vida dela que lhe seja benéfico, aconselhamento, consultoria e outros serviços, serviços que ajudam na relação entre padrinho e criança e serviços terapêuticos para a criança.

Assim e concluindo a nossa dissertação, denote-se que as principais diferenças entre o Apadrinhamento Civil e os regimes do Brasil, França e Inglaterra são primeiro que tudo a idade mínima permitida, sendo que no Brasil existe ainda o critério da idade mínima de diferença entre padrinho e afilhado; quanto às responsabilidades parentais, existe ainda alguma relutância em atribuí-las por completo aos padrinhos; o tempo passado com o afilhado, isto é, enquanto em Portugal o afilhado integra o agregado familiar do padrinho, no Brasil o afilhado continua ao cuidado da instituição de acolhimento onde se encontra, sendo a presença física entre padrinho e afilhado sujeita a regime de visitas e horários definidos e as idas a casa do padrinho apenas aos fins de semana, o mesmo acontece em Inglaterra nos casos em que os afilhados continuam a viver com a família biológica. Assim resulta

desta análise de direito comparado que os regimes têm muitas semelhanças e poucas diferenças entre eles, sendo o mais próximo do regime português o francês, pois todo o processo de candidatura, constituição do vínculo, validação e duração do mesmo são muito idênticos ao que é o Apadrinhamento Civil.

## Conclusão

Cabe agora concluir a apresentação deste tema dizendo que estamos perante um processo de jurisdição voluntária que corre por apenso ao processo de promoção e proteção ou processo tutelar cível, conforme e se o haja. Sendo a iniciativa para a constituição do apadrinhamento civil da parte dos pais, estamos perante o cumprimento do que é um dos objetivos do instituto: a manutenção dos laços biológicos entre a família ou outras figuras de referência e a criança e a cooperação entre os pais e os padrinhos. Serão casos em que os próprios pais assumem que a criança poderá ser mais saudável e feliz fora do ambiente familiar; cumprindo assim o disposto na Convenção sobre Direitos da Criança que diz que «a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão».

Pretende esta medida tutelar cível ser mais uma ferramenta de desinstitucionalização das crianças e dos jovens do nosso país; em vigor há pelo menos cinco anos, e de acordo com os Relatórios da Segurança Social sobre a Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens é possível concluir que em 2011 esta medida nem sequer fazia parte da panóplia de projetos de vida atribuídos às crianças e jovens em situação de acolhimento; em 2012 de 8.557 crianças e jovens em situação de acolhimento, o apadrinhamento civil foi aplicado como projeto de vida a 19 crianças e jovens, não tendo havido nenhuma cessação de acolhimento por apadrinhamento civil; em 2013 havia 8.445 crianças e jovens institucionalizadas, 26 dos quais habilitadas ao apadrinhamento civil, sendo que 8 dessas crianças têm menos de 6 anos de idade e 20 estão acolhidos há mais de 2 anos; por fim, em 2014, de 8.470 crianças e jovens em situação de acolhimento, 33 tinham como projeto de vida o apadrinhamento civil, sendo que só 3 dessas crianças e jovens cessaram o acolhimento derivado à aplicação desta nossa figura em estudo.

Começa assim o apadrinhamento civil a surgir como oportunidade de garantir à criança o seu direito de crescer e viver em família, mas de uma forma ainda muito discreta. Acrescenta ainda o Exmo. Procurador Rui do Carmo que «Os poucos casos de apadrinhamento que os tribunais decidiram foram de pessoas que já tinham uma relação de proximidade ou de facto com a criança», sendo que o mesmo vem reforçar o Relatório CASA de 2014 ao dizer que «Todas as situações de apadrinhamento civil registadas dizem respeito a situações de crianças que não se encontravam em acolhimento e que já coabitavam com os padrinhos».

Finaliza-se assim a presente dissertação com a esperança de que mais crianças e jovens possam ver a sua situação de acolhimento cessada com a aplicação desta medida,

beneficiando do contacto regular com a família biológica e ao mesmo tempo de uma nova estrutura familiar e um novo projeto de vida.

## Bibliografia

**AMARAL, Jorge Augusto Pais de** – Direito da Família e das Sucessões; 1ª ed.; Coimbra: Edições Almedina, 2014; 401 p.; ISBN 978-972-40-5860-3;

**Ana Rita Alfaiate, Geraldo Rocha Ribeiro** - Reflexões a propósito do apadrinhamento civil *In: Revista do CEJ*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2004-n.º 1 (2013), p. 117-142

**FERREIRA, Maria Elisabete** – Algumas notas sobre o regime jurídico do Apadrinhamento Civil - In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Heinrich Ewald Hörster / [coord.] Luís Couto Gonçalves. [et al.]. - Coimbra: Almedina, 2012. - p. 411-424 ; ISBN 978-972-40-4996-0.

**GOMES, Ana Sofia** - Responsabilidades parentais; 3ª ed.; Lisboa: Quid Juris, 2012; 318 p.; ISBN 978-972-724-605-2;

**PINHEIRO, Jorge Duarte** – O direito da família contemporâneo: Lições/. – 4ªed. - Lisboa: AAFDL, 2013. – 706 p..

**PROENÇA, José João Gonçalves de** – Direito da Família – 4ªed. - Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008. – 323 p.; ISBN 978-989-640-015-6

**RAMIÃO, Tomé D'Almeida** - *Apadrinhamento civil*: anotado e comentado. Lisboa: Quid Juris, 2011. 175 p.. ISBN 978-972-724-543-7

*Regime jurídico do Apadrinhamento Civil*: anotado. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. 106 p. ISBN 978-972-32-1921-0

*A nova figura do apadrinhamento civil e a controversa questão da homossexualidade dos candidatos a padrinhos/madrinhas civis* [Em linha] Ana Catarina Gonçalves Helena; orient. Maria Clara Sottomayor – Lisboa, 2012 – 57p.-Tese de mestrado, Ciências Jurídico-Forenses-Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa. Disponível na internet: URL:

<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13906/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20MESTRADO%20FORENSE%202012UCP%20-%20ANA%20HELENA.pdf>

*A adoção internacional de menores* [Em linha] Filipa Faria de Abreu; orient. Helena Mota – Porto, 2014 – 97p. – Tese de mestrado, Ciências Jurídico-Privatísticas – Faculdade de Direito, Universidade do Porto. Disponível na internet: URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77677/2/106974.pdf>

*Guia Prático - Apadrinhamento Civil – Crianças e Jovens* [Em linha] Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P., 25 de fevereiro de 2014. Disponível na internet: URL: [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/196113/apadrinhamento\\_civil](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/196113/apadrinhamento_civil)

*A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança – Tomo I* [Em linha] Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014. Disponível na internet: URL: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela\\_Civel\\_Superior\\_Interesse\\_Crianca\\_TomoI.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela_Civel_Superior_Interesse_Crianca_TomoI.pdf)  
ISBN 978-972-9122-80-4

*A Tutela Cível do Superior Interesse da Criança – Tomo II* [Em linha] Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014. Disponível na internet: URL: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela\\_Civel\\_Superior\\_Interesse\\_Crianca\\_TomoII.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela_Civel_Superior_Interesse_Crianca_TomoII.pdf)  
ISBN 978-972-9122-81-1

## Anexos

Anexo I – Lei 103/2009, de 11 de setembro<sup>55,56</sup>

---

<sup>55</sup> [Em linha] <https://dre.pt/application/file/489875>

<sup>56</sup> Artigos 7.º/4, 10.º/2, 13.º/1-a)-iii) e 19.º/4 foram alterados pela Lei 141/2015, de 8 de setembro















Anexo II – Decreto-lei 121/2010, de 27 de Outubro<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> [Em linha] <https://dre.pt/application/file/307751>







### Anexo III – Questionário individual para a Candidatura a Madrinha/Padrinho Civil











Anexo IV- Ficha de Candidatura a Madrinha/Padrinho Civil







## Índice

Declaração Anti plágio .....	III
Agradecimentos.....	VI
Lista de abreviaturas .....	VII
Declaração.....	VIII
Resumo .....	IX
Summary .....	X
Introdução .....	- 11 -
Noção e sua natureza jurídica .....	- 13 -
Regime Legal.....	- 16 -
Lei 103/2009, de 11 de setembro .....	- 16 -
Decreto-Lei 121/2010, de 27 de outubro.....	- 16 -
Constituição da relação jurídica de Apadrinhamento Civil .....	- 17 -
Quem pode apadrinhar? .....	- 17 -
Processo de habilitação e designação dos padrinhos .....	- 19 -
Quem pode ser apadrinhado? .....	- 24 -
Procedimento e Tramitação do Processo.....	- 27 -
Exercício das Responsabilidades Parentais.....	- 31 -
Outros efeitos do Apadrinhamento Civil .....	- 33 -
Alimentos.....	- 33 -
Impedimento Matrimonial.....	- 33 -
Direitos .....	- 34 -
Revogação .....	- 36 -
Breve análise de Direito Comparado.....	- 38 -
Conclusão .....	- 44 -
Bibliografia.....	- 46 -
Anexos .....	- 48 -
Anexo I – Lei 103/2009, de 11 de setembro. ....	- 48 -
Anexo II – Decreto-lei 121/2010, de 27 de Outubro.....	- 55 -
Anexo III – Questionário individual para a Candidatura a Madrinha/Padrinho Civil .....	- 58 -
Anexo IV- Ficha de Candidatura a Madrinha/Padrinho Civil .....	- 64 -
Índice.....	-67-